

ANABB AMEAÇADA

Grupo de conselheiros tenta destituir presidente do Conselho de forma arbitrária

ENTREVISTA

Conheça mais sobre a nova Caref, Juliana Publio, e propostas para o mandato

FUNDOS DE PENSÃO

Em meio à crise de grandes fundos no Brasil, Previ ainda vai bem

CASSI: O DESAFIO URGENTE DA NEGOCIAÇÃO

Entidades Nacionais representativas dos funcionários do BB se unem para garantir a perenidade da Cassi



PESQUISA

A saúde do funcionalismo do BB é um assunto muito importante e até hoje não foi devidamente discutido, o que torna muito valiosa a iniciativa da ANABB de realizar pesquisa sobre o perfil dos funcionários do Banco. É triste entrar em uma agência e ver funcionários trabalhando em condições ergonômicas incorretas. Mais triste ainda é ouvi-los dizer que nunca receberam orientações do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) quanto à postura correta a ser adotada em seus postos de trabalho.

Jaime Rodrigues de Carvalho – RJ

Louvável a pesquisa realizada, uma boa radiografia do corpo funcional. Espero que a cúpula do Banco se sensibilize, e coloque à disposição de seus “agentes de saúde” medicamentos para melhorar a saúde funcional.

Celso Agrello – RS

CARTA DO PRESIDENTE

Dizem que a primeira coisa que se faz ao abrir uma revista é ignorar seu editorial. Já vi que o jornal Ação muda radicalmente esse conceito. Cada vez que leio a “Carta do Presidente”, é como um passeio sem sair da poltrona, graças à facilidade com que Sérgio Riede expõe suas ideias. Na edição nº 230, no texto “Desconfie de mim”, o autor nos alerta para não acreditarmos apenas na empolgação de discursos; precisamos sair da zona de conforto, verificar e investigar. Isso me fez lembrar da frase de Manoel de Barros: “Só dez por cento é mentira. O resto é invenção”.

Ezequiel S. Sena Gomes – BA

Aprecio muitíssimo os textos que o presidente da ANABB escreve. São lúcidos, coerentes, me passam confiança, credibilidade, embora versem, na maioria das vezes, sobre fatos e atos de outrem que contrariam nossos direitos de funcionários, associados, cidadãos. Encerro com um elogio sincero

ao pertinente, atual e excelente texto “Desconfie de mim”, pois o considero extremamente necessário e essencial ao momento que hoje vivemos.

Edson Veiga Chaves – ES

6º ENOS

Estamos muito felizes com a realização do 6º Encontro Nacional dos Observatórios Sociais (Enos), no fim de março em Brasília, e com os resultados obtidos no evento. Este foi o melhor de todos os encontros. Mais de 350 pessoas estiveram presentes. Agradecemos o apoio incondicional da ANABB e das demais entidades. O grande sucesso do evento aumenta nossa responsabilidade. Como disse Martin Luther King, nossa “vocação foi um chamado interior para servir à humanidade”!

Roni Enara – Diretora do OSB

ORIENTAÇÃO JURÍDICA

Registro o quanto fui bem atendido pela equipe do advogado Hugo Jerke, ao longo de 2014 e 2015, nas várias ocasiões em que necessitei de orientação e assistência jurídicas. Destaco, especialmente, os nomes da Dra. Daniella Perecmanis e do Dr. Daniel Marinho, aos quais ficarei para sempre agradecido. Eles são exemplos de competência, gentileza e dedicação.

Mário Alves de Oliveira – RJ

NOTA DA REDAÇÃO

Informamos que a história em epígrafe citada na página 24 do jornal Ação nº 230 foi retirada do texto “A carroça”, do livro *E para o resto da vida...*, de autoria de Wallace Leal V. Rodrigues e publicado pela editora O Clarim. A ANABB agradece a lembrança feita pelo associado Márcio da Silva Neiva, de Curitiba (PR).

ERRATA

Ao contrário do que foi divulgado na coluna “Funcionário do BB em Destaque”, na página 13 do jornal Ação nº 230, o aposentado Celso Albano é casado há 59 anos, e não há 31 anos.

DIRETORIA EXECUTIVA

- SERGIO RIEDE**
Presidente
- REINALDO FUJIMOTO**
Vice-Presidente Administrativo e Financeiro
- DOUGLAS SCORTEGAGNA**
Vice-Presidente de Comunicação
(VAGO)
- Vice-Presidente de Relações Funcionais
- FERNANDO AMARAL**
Vice-Presidente de Relações Institucionais

CONSELHO DELIBERATIVO

- João Botelho (Presidente)
- Ana Lúcia Landin
- Augusto Carvalho
- Cecília Mendes Garcez Siqueira
- Cláudio José Zucco
- Denise Vianna
- Emílio Santiago Ribas Rodrigues
- Gilberto Matos Santiago
- Graça Machado
- Ilma Peres Causanilhas Rodrigues
- Isa Musa
- José Branisso
- Luiz Antonio Careli
- Luiz Oswaldo Sant’ago Moreira de Souza
- Maria Goretti Fassina Barone Falqueto
- Mário Tatsu Miyashiro
- Mércia Pimentel
- Nilton Brunelli
- Paula Regina Goto
- Tereza Godoy
- William Bento

CONSELHO FISCAL

- Vera Lúcia de Melo (Presidente)
- João Antonio Maia Filho
- Maria do Céu Brito
- Anaya Martins de Carvalho (suplente)
- Antonio José de Carvalho (suplente)
- Marco Antonio Leite dos Santos (suplente)

DIRETORES REGIONAIS

- Regional AC-01: Julia Maria Matias de Oliveira
- Regional AL-02: Ivan Pita de Araújo
- Regional AP-03: Samuel Bastos Macedo
- Regional AM-04: Ângelo Raphael Celani Pereira
- Regional BA-05: José Easton Matos Neto
- Regional BA-06: Jonas Sacramento Couto
- Regional BA-07: Paulo Vital Leão
- Regional BA-08: Maruse Dantas Xavier
- Regional CE-09: Maria José Faheina de Oliveira
- Regional CE-10: Erivanda de Lima Medeiros
- Regional DF-11: Hélio Gregório da Silva
- Regional DF-12: Marcos Maia Barbosa
- Regional DF-13: Francisco Mariquito Cruz
- Regional DF-14: Carlos Nascimento Monteiro
- Regional DF-15: Messias Lima Azevedo
- Regional ES-16: Sebastião Ceschim
- Regional GO-17: Saulo Sartre Ubaldino
- Regional GO-18: José Carlos Teixeira de Queiroz
- Regional MA-19: Camilo Gomes da Rocha Filho
- Regional MT-20: Daniel Ambrosio Fialkowski
- Regional MS-21: Valdeiriro Ciro de Souza
- Regional MG-22: Luiz Carlos Fazza
- Regional MG-23: Eustáquio Guglielmelli
- Regional MG-24: Matheus Fraiha de Souza Coelho
- Regional MG-25: Amir Além de Aquino
- Regional MG-26: Anibal Moreira Borges
- Regional MG-27: Maria Rosário Fátima Durães
- Regional PA-28: Fábio Gian Braga Pantoja
- Regional PB-29: Maria Aurinete Alves de Oliveira
- Regional PR-30: Anibal Rumiatto
- Regional PR-31: Luiz Carlos Kapp
- Regional PR-32: Moacir Finardi
- Regional PR-33: Carlos Ferreira Kravicz
- Regional PE-34: Sérgio Dias César Loureiro
- Regional PE-35: José Alexandre da Silva
- Regional PI-36: Francisco Carvalho Matos
- Regional RJ-37: Antônio Roberto Vieira
- Regional RJ-38: Maurício Gomes de Souza
- Regional RJ-39: Carlos Fernando S. Oliveira
- Regional RJ-40: Mário Magalhães de Souza
- Regional RJ-41: Sérgio Werneck Isabel da Cruz
- Regional RJ-42: Eduardo Leite Guimarães
- Regional RN-43: Hermínio Sobrinho
- Regional RS-44: Celson José Matte
- Regional RS-45: Valmir Canabarro
- Regional RS-46: Edmundo Velho Brandão
- Regional RS-47: Oraidia Laroque Medeiros
- Regional RS-48: Enio Nello Pfeifer Friedrich
- Regional RS-49: Saul Mário Mattei
- Regional RO-50: Sidnei Celso da Silva
- Regional RR-51: José Antônio Ribas
- Regional SC-52: Carlos Francisco Pamplona
- Regional SC-53: Moacir Fogolari
- Regional SC-54: Alsione Gomes de Oliveira Filho
- Regional SP-55: Rosângela Araújo Vieira Sanches
- Regional SP-56: Dirce Miuki Miyagaki
- Regional SP-57: Adelson Vianna Gomes
- Regional SP-58: Reginaldo Fonseca da Costa
- Regional SP-59: Adilson Antonio Menegueta
- Regional SP-60: José Antônio da Silva
- Regional SP-61: José Roberto Leme
- Regional SP-62: José Antonio Galvão Rosa
- Regional SP-63: Jaime Bortoloti
- Regional SP-64: Juvenal Ferreira Antunes
- Regional SE-65: Almir Souza Vieira
- Regional TO-66: Pedro Carvalho Martins

Este espaço destina-se à opinião dos leitores. Por questão de espaço e estilo, as cartas podem ser editadas e serão publicadas apenas as selecionadas pela ANABB. Envie comentários, sugestões e reclamações para jornal@anabb.org.br ou para SCRS 507, Bl. A, Lj. 15 – CEP: 70351-510 – Brasília/DF.



A Gráfica e Editora Positiva é licenciada pelo IBRAM - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF - sob o nº 072/2010. Todo o papel utilizado na impressão do Jornal Ação é oriundo de reflorestamento ecologicamente correto.





Sérgio Riede – Presidente

FARINHA DO MESMO SACO?

Quem acompanha futebol já deve ter visto a cena de um jogador ser expulso e, antes de sair de campo, provocar ou agredir um adversário, tentando causar uma reação dele para que o juiz também o expulsa.

Infelizmente isso acontece na política e nas corporações. Pessoas que são flagradas comprovadamente cometendo irregularidades tentam jogar lama sobre o nome de seus adversários, com o objetivo de passar para o público a ideia de que são todos “farinha do mesmo saco”.

Quem faz isso sabe que o público, de modo geral, não gosta de baixarias. Por isso, tenta desviar a atenção, causando tumultos, para deixar em segundo plano as faltas graves cometidas. A esperança é que o público nivele todos por baixo, perca a esperança nos líderes e participe menos dos processos decisórios.

O grande equívoco desse raciocínio é subestimar a inteligência das pessoas. Um cidadão inteligente, com senso crítico aguçado, sempre vai querer entender o que de fato está acontecendo e não vai acreditar apenas em discursos. Vai buscar conhecer fatos e documentos para tentar apurar, com segurança, quem tem razão.

Este ano tem eleições na ANABB. Os associados devem poder escolher entre os melhores candidatos. Mas desde o início do ano estão sendo bombardeados com *e-mails* que tentam difundir uma ideia de caos na Associação.

A Diretoria da ANABB, em respeito a seus associados, tenta evitar bate-boca sobre todas as inverdades e baixarias que circulam na internet. Mas, coerentemente com a transparência que marca esta gestão, às vezes, é impossível deixar de prestar esclarecimentos ao corpo social.

Nessas horas, nossa convicção é de que os associados não se interessam por adjetivos ou meras opiniões divergentes sobre algum acontecimento. As pessoas querem objetividade, querem conhecer os fatos verdadeiros, sempre que possível com base em documentos.

Nesse sentido, quando nos sentimos na obrigação de esclarecer aos associados sobre alguma versão deturpada que corre na internet, procura-

mos colocar *links* para documentos que comprovam o que estamos dizendo.

Quem não tem argumentos, procura utilizar expressões genéricas, geralmente tentando associar os dirigentes da ANABB a escândalos divulgados na imprensa que ocorrem longe da Associação, sem qualquer participação ou responsabilidade destes.

Esconde-se deliberadamente que a Diretoria da Associação não usa mais recurso de todos para apoiar apenas suas próprias ideias. Omite-se que a ANABB, a partir desta gestão, abriu espaços para todas as chapas que concorrem às eleições da Cassi e da Previ. Ignora-se o fato de que a Diretoria apoia projetos de parlamentares de todos os partidos políticos, desde que defendam um Banco do Brasil útil à sociedade e os interesses legítimos dos associados. Para não ficar no campo das generalidades, um exemplo concreto é que a ANABB coletou mais de 20 mil assinaturas para apoiar projetos de parlamentares, do governo e da oposição, a fim de combater a divisão de *superávit* de fundos de pensão com patrocinadores.

Sempre que entendermos que os direitos dos associados ou as normas da instituição estiverem ameaçados, não hesitaremos em utilizar os meios legais e democráticos para reestabelecer a verdade e a justiça.

Quem está seguro do que faz não tem receio de procurar a Justiça ou responder na Justiça pelo que faz. Temos certeza de que os associados saberão separar o joio do trigo.

Desejamos, com toda a franqueza, que nossos associados não caiam na provocação de jogadores expulsos que tentam carregar alguém com eles antes de deixar o campo de jogo. Exercitem a paciência e leiam os comunicados de esclarecimentos. Exijam que tudo seja baseado em provas para ver quem tem razão.

Fazer você acreditar que os dirigentes da Associação são todos “farinha do mesmo saco” é uma tentativa desesperada de esconder falhas graves cometidas. É uma aposta na pretensa ingenuidade dos associados.

Temos certeza de que cada um de vocês saberá se posicionar diante das tentativas de iludi-los.

Boa leitura a todos! ■



SUSTENTABILIDADE DA CASSI: O DESAFIO DA NEGOCIAÇÃO

Dirigentes da Cassi e do Banco do Brasil e representantes do funcionalismo tentam encontrar formas de sanar os consecutivos *déficits* do Plano de Associados da Caixa de Assistência. Saiba como andam as negociações

O processo negocial sobre a sustentabilidade e a perenidade da Cassi está a todo vapor. ANABB, Contec, Contraf, AAFBB, FAABB, além dos diretores eleitos da Cassi, reuniram-se na segunda semana de maio para discutir uma forma conjunta de as entidades nacionais representativas dos funcionários do BB atuarem para o restabelecimento da sustentabilidade da Cassi.

No início de maio, a Contec e a Contraf solicitaram ao Banco do Brasil que se iniciassem negociações sobre a situação da Cassi. A abertura das negociações ocorreu em 12 de maio de 2015 e as duas confederações, em uma mesma mesa, contaram com a participação da ANABB, da AAFBB e da FAABB. A condução do processo negocial de forma coletiva é importante para que o resultado das negociações tenha mais objetividade e efetividade, contribuindo para a construção mais rápida de unidade sobre os pontos de vista das diversas representações dos funcionários do BB. Assim, foi dado início a um período de negociação para que seja garantida a saúde dos funcionários ativos e aposentados, a sustentabilidade da Cassi e a manutenção do reconhecimento pelo BB da importância da Caixa de Assistência para que este possa continuar a apresentar resultados satisfatórios para todas as partes.

O desafio não é simples, pois envolve diversas questões. Uma delas é a sustentabilidade financeira da Cassi. Tudo o que for consumido em consultas, tratamentos e exames tem de ser pago. Essa conta está ficando cada vez maior e é preciso discutir a melhor forma de pagá-la. Para isso, é necessário equacionar, em forma pactuada de custeio, o custo médico que,

em função dos avanços tecnológicos desejados, cresce acima das taxas de inflação geral; os salários que crescem, em média, pela inflação geral; o aumento desejado da longevidade; e as eventuais decisões estratégicas do BB que afetem a estrutura de cargos e, por consequência, as receitas do plano.

O Banco do Brasil tem argumentado que não é obrigado a aumentar sua contribuição patronal para a Cassi, pois o Estatuto da entidade fixa sua contribuição em 4,5%. Isso é verdade. Mas é verdade também que o mesmo Estatuto fixa a contribuição dos funcionários em 3%. Essa não é hora de discursos provocativos. Se todos, funcionários e dirigentes do Banco, reconhecem a importância da Cassi para a saúde dos funcionários e para a manutenção da capacidade laboral destes que fazem o resultado do BB, deve-se partir para o debate de ideias substantivas que mereçam a reflexão séria de ambas as partes.

O BB esclareceu que cada ponto percentual de aumento de sua contribuição o obriga, pela Resolução CVM nº 695, a provisionar os valores de contribuições futuras para todos os aposentados atuais e futuros. Essa provisão reduz o patrimônio líquido do Banco e, portanto, conforme previsto no Acordo de Basiléia, que define parâmetros de capacidade operacional dos bancos em função de seu patrimônio líquido, reduz sua capacidade operacional.

“Se todos querem ter a atenção à saúde garantida até o último de seus dias, este é o desafio. O desafio não é gerir a Cassi só pelos associados ou só pelo Banco, mas sim gerir juntos, encontrar um objetivo comum, que garanta a todos os funcionários, da ativa e aposentados, atuais e futuros, o atendimento à



saúde e, ao Banco, a manutenção de sua capacidade operacional e de seu desempenho”, comentou Fernando Amaral, vice-presidente de Relações Institucionais da ANABB.

O QUE É FUNDAMENTAL

Após diversas reuniões realizadas em janeiro, fevereiro e março, com entidades ligadas ao universo de funcionários, aposentados e pensionistas, de sindicatos e Conselhos de Usuários, além da participação de diretores eleitos da Cassi, dois pontos foram evidenciados como fundamentais no processo negociado: a manutenção do princípio da solidariedade e o investimento no Modelo de Atenção Integral à Saúde adotado pela Cassi.

MODELO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE E ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

O Modelo de Atenção Integral à Saúde é aquele utilizado hoje pelas CliniCASSI. Ele prioriza o investimento em promoção da saúde e prevenção de doenças. Com a Estratégia Saúde da Família (ESF), o trabalho dos profissionais de saúde possibilita atendimento prévio e resolutivo, o que reduz o número de exames e consultas a especialistas de forma desnecessária, gerando maior economia.

Desde os dois primeiros projetos-piloto realizados em Curitiba (1998) e Brasília (2000), foi possível reduzir consideravelmente os custos de atendimento médico com a população inscrita no sistema. Isso porque o modelo preventivo é mais barato que o curativo. A partir desses projetos, o modelo foi implantado em todas as capitais e em algumas das maiores cidades do país. Hoje, a Cassi conta com 160 mil pessoas que fazem parte da ESF, de um total de mais de 720 mil participantes em seus planos de saúde – Plano de Associados e Plano Cassi Família.

Foi graças a essa redução de gastos sem redução nas coberturas e à eficácia dos tratamentos que a Cassi suportou, desde 1997, uma série de decisões unilaterais do BB que reduziram sensivelmente suas receitas:

1. a política de reajuste zero no PCS até 2002;
2. a alteração do próprio PCS, reduzindo os interstícios e a diferença entre o maior e o menor salário previstos; e
3. o não pagamento dos 4,5% de contribuição patronal estatutária para os funcionários empossados, a partir de 1º/1/1998, entre 1998 e 2007.

É verdade que a contribuição sobre o 13º salário ajudou, que as contribuições sobre o valor do BET ajudaram e que até a “contribuição extraordinária” do BB, em 2007, correspondente aos valores não pagos entre 1998 e 2007, foi importante para que o custeio permanecesse por 19 anos na faixa de 3% para os associados e de 4,5% para o BB.

O desafio é estender esse modelo que prioriza a prevenção, a coordenação e a educação em saúde, em vez da simples cura de doenças, para 100% da população do Plano de Associados e para 100% dos pacientes crônicos do Plano Cassi Família.

A proposta é expandir o modelo atual para as cidades onde não existem os serviços próprios das CliniCASSI, negociando com os prestadores de serviços credenciados para que se tornem referenciados, ou seja, que possam acompanhar os beneficiários com mais regularidade e atenção.

Os estudos técnicos feitos pela Cassi e acompanhados por técnicos do BB mostram que um investimento de R\$ 150 milhões em somente dois projetos-piloto, a partir de 2015, pode gerar, até 2021, economia de R\$ 921 milhões em necessidades de internações e cirurgias. Ou seja, o debate de custeio está intimamente ligado ao modelo de atenção à saúde – um modelo aberto em que cada um busca os médicos que pensa necessitar até encontrar o mais adequado para seu problema, ou um modelo orientador em que o médico de família, que acompanha o paciente permanentemente, o orienta para qual tipo de especialista deve ser encaminhado, de acordo com a real necessidade e sem desperdícios ou busca aleatória.





PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE

Assunto fácil de compreender, o princípio da solidariedade está cada vez mais polêmico em função da impressão de cada um de que “os outros estão levando vantagem”. A solidariedade não está vinculada ao custo global da Cassi, e sim ao desejo de que todos tenham a mesma atenção à saúde, caso precisem.

As despesas da Cassi podem ser pagas com diversos tipos de rateios:

1. dividir pelo risco de uso em função do número de pessoas de cada família;
2. dividir pelo risco de uso em função da idade de cada pessoa da família;
3. dividir proporcionalmente a uso e gasto efetivo de cada família; e
4. dividir pela capacidade contributiva de cada família.

Todas são formas justas e legítimas de pagar a conta. Mas nem todas garantirão, caso seja uma vontade geral, que todos possam usar o sistema sempre que precisarem.

No primeiro caso, dividir a conta pelo número de pessoas é simples. Bastaria apurar o gasto total da Cassi, dividir pelo número de beneficiários deste ano e cobrar o valor correspondente ou o percentual correspondente do salário de cada um, para que sua respectiva família pudesse estar totalmente coberta pelo Plano de Assistência.

Ocorre que alguns podem perceber que estarão pagando por seus filhos pequenos, que só gastam em consultas a pediatras, parte das despesas de pessoas mais velhas que necessitam de exames, internações, cirurgias, etc. E isso, dependendo de seus salários de jovens pais, pode ser impeditivo para que possam colocar todos os membros de sua família no Plano de Assistência. Esses, na ótica de que “os outros estão levando vantagem”, poderão optar pelo risco de uso, não de acordo com o número de pessoas da família, mas pelo risco de uso de acordo com

ABERTA NEGOCIAÇÃO COM O BB SOBRE A CASSI

As discussões sobre a sustentabilidade da Cassi com o Banco vão ficar mais frequentes a partir de agora. Em 12 de maio, foi instalada mesa de negociação específica para discutir o assunto, envolvendo BB, entidades representativas de funcionários da ativa e aposentados e dirigentes da Caixa de Assistência. Na primeira reunião, que contou com a ANABB, a Contraf, a Contec, a FAABB, a AAFBB, entre outros, o BB argumentou que é inviável qualquer elevação da contribuição do patrocinador, pois, para cada 1% de aumento em sua contribuição, ele teria de aumentar em R\$ 1,295 bilhão suas provisões no balanço. Outros encontros serão realizados para discutir o tema e o BB ficou de apresentar proposta sobre o assunto.

A ANABB está acompanhando todas as negociações sobre o assunto, como participante da mesa de negociações. Fique por dentro por meio de nossas redes sociais (Facebook – [anabbevoce](#), Twitter – [@anabbevoce](#)) e da página www.anabb.org.br/cassiemdebate.



a idade de cada pessoa da família, que é o segundo modelo. Assim, pagariam menos por seus filhos e outros pagariam mais por si e por seus cônjuges.

Ocorre que alguns que julgam cuidar bem de sua saúde podem perceber que estarão pagando para si e seus cônjuges para pouco usarem os serviços médicos, o que significa que estarão pagando parte dos gastos de outros que pouco se preocupam ou cuidam de sua saúde. E isso pode inviabilizar que consigam pagar, pelo risco de uso pela idade, o Plano de Assistência para todos os membros de sua família. Esses, na ótica de que “os outros estão levando vantagem”, poderão optar pelo risco de uso não de acordo com a idade de cada pessoa da família, que é o segundo modelo, mas sim pelo rateio proporcional ao uso efetivo, que é o terceiro modelo. Assim, pagariam menos por cuidar melhor de sua saúde e os outros pagariam mais por não cuidar de sua saúde. Esse caso é o de não ter plano de saúde. Se cada um pagar pelo seu gasto efetivo, não há de se falar em plano comum de saúde. É cada um por si. Quem pode pagar e quem não pode reza.

Todas essas possibilidades de rateio são formas justas e legítimas de pagar a conta global. E todas partem do princípio de que “eu estou pagando mais do que devo” e de que “eu sei que eu não vou precisar tanto quanto os que ora precisam”. Mas quem poderá afirmar isso sem sombra de dúvida?

O fato é que qualquer modelo estabelecido por uma forma de uso ou risco de uso pode garantir o pagamento da conta global, mas não garantirá que todos possam usar o sistema sempre que precisarem.

O princípio da solidariedade garante que um mesmo sacrifício proporcional de todos pode garantir o atendimento de todos, quando for necessário, e da forma mais adequada. Ao verificar a projeção de gastos com consultas, exames, atendimentos médicos, internações, cirurgias, entre outros, e apurar quanto isso representa do somatório de nossos salários, se todos pudermos pagar um mesmo percentual do quanto ganharmos – mesmo sacrifício proporcional para todos – com a certeza de atendimento de quem precisar hoje, amanhã ou em um futuro distante, eu, um colega ou um dos membros de nossas famílias teremos a atenção que necessitarmos para nos manter com saúde junto a nossos familiares. Fica o alerta para quem optar por refletir. ■■

ENTENDA AS RESERVAS DA CASSI

As reservas da Cassi, até 31 de dezembro de 2014, eram de, aproximadamente, R\$ 1,6 bilhão. Para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), esse total é considerado a Reserva da Instituição. Na Cassi, esse valor é segregado entre os Planos de Associados e Cassi Família, cabendo cerca de R\$ 800 milhões para cada um. No Plano de Associados, ao fim de 2014, cerca de R\$ 300 milhões eram reservas livres, que podem ser utilizadas para seu custeio. A outra parte é de reservas obrigatórias, como a Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (Peona). Os *déficits* consomem as reservas livres e, depois destas, começam a consumir a reserva obrigatória – a Peona. Nesse caso, se o plano de saúde utilizar a reserva não disponível para pagamento de suas contas pode ser considerado um plano em situação de insolvência pela ANS, que pode, a qualquer momento, exigir um plano especial de compromisso de reconstituição de reservas. Em caso de não cumprimento, a ANS pode ensejar intervenção na entidade com o propósito de reequilibrar o plano.

O Plano de Associados teve *déficit* de R\$ 177 milhões em 2014. A previsão de *déficit* para 2015 é de R\$ 200 milhões. Com esta previsão, o Conselho Deliberativo da Cassi não aprovou o orçamento para este ano. Tudo está sendo contingenciado na Caixa de Assistência. Apesar disso, as reservas livres estão sendo consumidas. Ao longo de 2015, se nada for feito, é certo que elas acabarão. Isso pode provocar ação da ANS e até mesmo intervenção que pode ter como um dos desdobramentos o eventual corte de coberturas assistenciais. É por tudo isso que as negociações com o Banco precisam avançar rapidamente e com consistência.

PARTICIPAÇÃO DA ANABB

A ANABB tem promovido reuniões, junto com outras entidades representativas do funcionalismo do BB, com os diretores eleitos da Cassi e com o Banco do Brasil, no intuito de levantar propostas que possam contribuir para o equacionamento da situação financeira da Caixa de Assistência. Um dos maiores eventos foi realizado na AABB de Brasília, em 9 de fevereiro, e contou com a presença de 64 entidades de 26 estados.

Nesses encontros, as entidades reunidas levantaram propostas para a solução dos problemas da Cassi. Foram diversos os apelos para que a unidade das entidades representativas dos funcionários do BB fosse mantida durante todo o processo de negociação, com debates sobre as diversas ideias apresentadas. É necessário que haja persistência e disposição ao diálogo. Há diversas alternativas para a solução do desequilíbrio financeiro da Cassi. A ANABB está disposta a trabalhar pela busca de consenso com relação a essas ideias, com foco na construção de um futuro sustentável para nossa Caixa de Assistência. Acompanhe os posicionamentos das entidades e os debates pelo *site* www.anabb.org.br.

SEMANA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Por Álvaro Modernell, especialista em Educação Financeira e Previdenciária

Na segunda semana de março, foi realizada, em mais de 100 países, a IV Global Money Week. No mesmo período, o Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef) coordenou a II Semana Nacional de Educação Financeira, com ampla participação de entidades públicas e privadas. Dois eventos similares, com objetivos semelhantes e grande mobilização de comunidades. Dados preliminares indicam que mais de três milhões de crianças e jovens foram alcançados, nas mais de três mil ações realizadas por centenas de entidades no mundo todo. No Brasil, estimam-se 500 eventos, em mais de 100 cidades em todas as regiões brasileiras, com públicos de todas as idades.

São números expressivos. Surpreendentemente, para muitas pessoas a maioria dessas ações não fala de números ou contas, apesar de falar de finanças. Não trata apenas de dinheiro, ainda que o assunto seja educação financeira. Aliás, a educação financeira já está rompendo esse paradigma baseado na crença de que dinheiro é o assunto principal.

Qualidade de vida, cidadania, crédito responsável, consumo consciente, ética e sustentabilidade estão cada vez mais presentes, revezando-se no centro das ações, enquanto o dinheiro, simples instrumento, vem sendo visto como algo que precisa ser bem aproveitado, claro, não como um fim em si mesmo, e sim um meio em prol de outros objetivos.

Nas escolas, já foi superado o mito de que é assunto apenas para as aulas de matemática. Nas universida-

des, pouco é estudado e muito ainda há para ser aprendido e ensinado. Tanto quanto no resto da sociedade. Felizmente, ainda que de maneira lenta, mais e mais pessoas e empresas estão se conscientizando sobre a importância da educação financeira. Em tempos de incertezas sobre o futuro da economia, de taxas de juros elevadas, de restrições no crédito, de endividamento generalizado e de ameaça de volta da inflação, nada melhor do que investir na prevenção, na conscientização e na educação – financeira, nesse caso.

Tantos países, tantas organizações, tantas entidades, tantas pessoas envolvidas e motivadas para espalhar educação financeira mundo afora e tem gente que ainda não se tocou: educação financeira é bom pra todos. E necessária! Quem tem dinheiro precisa aprender a preservá-lo e a valorizá-lo. Quem não o tem, precisa fazer bom uso para que renda mais e proporcione mais qualidade de vida. Quem está aposentado deve estar sentindo arrependimento por não ter se preparado melhor financeiramente. Quem ainda está na ativa deveria estar mais atento a seu porvir. De que viveremos mais não há dúvidas. Precisamos também viver melhor.

Não é o caso de ponderar o que é mais importante: saúde, amigos, renda, reservas ou família. Todos são pilares da tranquilidade e da felicidade. Se um dos pilares estiver mais frágil, a estrutura toda pode ser abalada.

Aproveite! Faça um *check-up*. Se o pilar mais frágil for o das finanças, mais fácil: a educação financeira e previdenciária podem resolver. ■■



Fique atento e não perca o prazo

As inscrições para o 1º Prêmio Cidadania Viva terminam no dia 30 de junho. Não perca o prazo e inscreva seu projeto.

O Instituto VIVA CIDADANIA vai premiar projetos que tenham incentivado ações para o exercício da cidadania. Ao todo, são R\$ 100 mil em prêmios.



Juliana Publio Donato – Caref

EM DEFESA DOS DIREITOS DOS FUNCIONÁRIOS

Por Godofredo Couto

Juliana Publio Donato faz parte da nova geração de funcionários do Banco do Brasil engajados na luta em defesa dos bancários, por mais qualidade de vida no trabalho. Psicóloga de formação, ela tem seis anos de Banco e já passou por agências, pela Gecex São Paulo e pela Cipa. Juliana foi a vencedora da última eleição para o cargo de conselheiro representante dos empregados no Conselho de Administração do Banco do Brasil (Caref). Juliana teve sua candidatura impugnada pela Comissão Eleitoral e depois liberada por liminar da Justiça do Trabalho.

Veja a entrevista que Juliana Publio concedeu à ANABB, poucos dias depois de ter sido declarada vencedora do processo eleitoral.

JORNAL AÇÃO: Como você se sente por ter vencido a eleição Caref?

JULIANA PUBLIO: Estou muito feliz, pois minha eleição como conselheira é uma vitória de todos e todas que defendem representações independentes do governo e da direção do Banco. A grande votação que tive expressa uma revolta contra nossos atuais representantes. Nós vencemos a máquina do sindicalismo atrelado ao governo federal, apresentando aos colegas um programa de defesa do BB como um banco público 100% estatal, a serviço dos trabalhadores brasileiros e controlado por eles. Isto é um grande feito.

JORNAL AÇÃO: Para você, qual é o papel do Caref?

JULIANA PUBLIO: É representar os funcionários no Conselho de Administração. Mas o BB não garante a mínima estrutura ao representante. Não temos liberação do trabalho, um boletim custeado pelo Banco que chegue aos funcionários, autorização para utilizar e-mail corporativo para nos comunicar com os colegas. Pretendo garantir esta comunicação por meio das redes sociais, da publicação de um boletim nacional, mas, principalmente, da estreita relação com os delegados sindicais, que são nossos representantes nos locais de trabalho. Por meio desta rede, quero saber o que os colegas pensam e levar a eles o que estou fazendo como representante.

JORNAL AÇÃO: Como você vê o momento atual do Banco?

JULIANA PUBLIO: Vivemos uma enorme deterioração das condições de trabalho no Banco. A realidade nos locais de trabalho é massacrante e a comissão é cada vez mais necessária para conseguirmos sobreviver, cenário que facilita a institucionalização do assédio moral como método de gestão. O ajuste implementado pela nova equipe econômica do governo vai pressionar ainda mais o BB a aumentar seu lucro, para compor *superávit* primário. Isso é ruim para os funcionários do BB e para os trabalhadores em geral. No entanto, sabemos que, dentro do Conselho de Administração, com somente um representante eleito pelos funcionários, não podemos mudar os rumos do BB.

JORNAL AÇÃO: Quais suas metas no Caref?

JULIANA PUBLIO: Quero ser a porta-voz de um projeto de Banco distinto, que tenha como prioridade sua função social. Como esta modificação não poderá se dar dentro do Conselho, quero colocar meu mandato a serviço da organização das lutas dos trabalhadores. Utilizarei a gratificação que receberei como conselheira para as despesas relativas ao mandato. Sou contra qualquer privilégio material aos representantes dos funcionários em qualquer instância. Fiz um compromisso durante a campanha e vou cumpri-lo: continuarei recebendo o mesmo salário de antes da eleição.

JORNAL AÇÃO: Deixe uma mensagem para os funcionários do BB.

JULIANA PUBLIO: Agradeço todos aqueles que fizeram campanha e votaram em mim. Esta vitória pertence ao conjunto dos funcionários do BB. É uma primeira vitória, mas teremos uma luta longa pela frente. Os ataques que já sofremos virão ainda com mais força. Precisamos resistir. Para isso, podemos contar apenas com nossas próprias forças. Somente os trabalhadores organizados podem vencer os ataques.

JORNAL AÇÃO: O que você achou da forma de participação da ANABB no processo?

JULIANA PUBLIO: Eu acho que a ANABB teve um papel muito importante nessas eleições ao abrir espaço para que os funcionários do Banco conhecessem as propostas dos candidatos. A associação divulgou as propostas e promoveu o debate entre os candidatos, dando um exemplo que as outras entidades deveriam seguir. ■



PESQUISA IDENTIFICA DO FUNCIONÁRIO DO BB

Informações como sexo, raça, escolaridade e tempo de trabalho traçam um retrato de quem são as pessoas que trabalham no Banco do Brasil. O resultado global foi apresentado no jornal *Ação* nº 230 e está disponível no *site* da ANABB. Outras análises específicas serão publicadas nas próximas edições do jornal *Ação*

Por Josiane Borges e Tatiane Lopes

Assistentes, escriturários e gerentes representam mais de 50% das pessoas que responderam a pesquisa “Quem são os funcionários do BB?”, realizada pela ANABB no fim de 2014. Esse público, que integra os 116 mil colaboradores da maior instituição financeira do país, emitiu opiniões sobre remuneração, saúde, qualidade de vida no trabalho e relações trabalhistas e colaborou com o estudo que pode ajudar a construir o novo perfil dos funcionários do Banco. O estudo foi realizado por pesquisadores do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e coordenado pelo professor Samuel Lima, da Universidade de Brasília (UnB).

A Associação está debruçada sobre os dados obtidos, a fim de estimular o debate entre as entidades representativas do funcionalismo da ativa, a Cassi e o próprio Banco. Para o presidente da Associação, Sergio Riede, “a pesquisa contribuiu para a quebra de diversos mitos, ligados ao grau de instrução e ao comprometimento com a carreira, além de ter buscado analisar os funcionários sob o ponto de vista objetivo e perceptivo, mostrando dados relevantes sobre o dia a dia dos trabalhadores”.

Ao analisar profundamente a pesquisa, é possível observar que o levantamento traduz, por exemplo, uma parte da história recente do BB, no que se refere ao tempo de trabalho dos funcionários. Conforme quadro a seguir, 22,71% do corpo funcional declarou que possui de 10 a 16 anos de trabalho na empresa, 18,46% disse ter de 20 a 30 anos e apenas 1,39% revelou ter de 16 a 20 anos de atividades. Para entender o motivo da drástica redução na quantidade de funcionários que trabalham de 16 a 20 anos no BB, basta lembrar o que aconteceu nos anos de 1995 a 1998. Esse momento foi marcado por um plano de ajustes e enxugamento do quadro de funcionários do Banco do Brasil. O Plano de Demissão

Voluntária (PDV) aconteceu há aproximadamente 20 anos e a pesquisa constatou a representatividade dos que aderiram a ele na empresa.

Uma característica positiva revelada pela pesquisa refere-se ao alto grau de instrução e profissionalismo dos funcionários do BB. Mais de 85% do quadro de funcionários têm nível superior, sendo que 36,03% têm superior completo, 45,83% são pós-graduados e 3,84% têm mestrado ou doutorado. Qual a importância desse dado? O elevado nível de pós-graduados, por exemplo, pode indicar que os colaboradores do Banco consideram que a formação continuada pode proporcionar vantagens ao longo da carreira profissional. “A valorização e a formação de pessoal é um dos requisitos de sucesso para qualquer projeto de inovação dentro das empresas e, de acordo com a pesquisa, os colaboradores do Banco do Brasil se mostraram aptos no quesito capacitação”, ressalta o presidente da ANABB.

O perfil demográfico da maioria dos funcionários em relação a idade, gênero e raça também foi especificado na pesquisa. Por idade, 64,74% dos bancários do BB têm entre 31 e 50 anos e são a maior parte casados (57,88%). Por gênero, a maioria dos funcionários são homens. No total, 58,44% são do sexo masculino e 41,56%, do sexo feminino. Os dados são contrários à realidade brasileira, tendo em vista que as mulheres representam 51% da população do país. Entretanto, os números tendem a mudar, pois, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em um recorte por gênero, os dados evidenciam que o nível de emprego da mão de obra feminina cresceu 3,91% ante um aumento de 2,57% para os homens – uma diferença de 1,34 pontos percentuais.

Veja o Relatório completo da pesquisa no *site* da ANABB (www.anabb.org.br). ■

PERFIL



FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL POR ESCOLARIDADE (2014)*

NÍVEL DE ENSINO	NÚMERO	%
Ensino médio completo	73	2,98
Superior incompleto	277	11,32
Superior completo	883	36,03
Pós-graduação	1.123	45,83
Mestrado	90	3,68
Doutorado	4	0,16

FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL POR TEMPO DE TRABALHO NA EMPRESA (2014) *

TEMPO DE TRABALHO NO BB	%
Até 1 ano	1,47
Mais de 1 a 3 anos	6,17
Mais de 3 a 6 anos	19,32
Mais de 6 a 10 anos	20,59
Mais de 10 a 16 anos	22,71
Mais de 16 a 20 anos	1,39
Mais de 20 a 30 anos	18,46
Mais de 30 anos	9,89

* Os dados acima descritos foram gerados com base em um plano amostral com 2.448 respostas, que representa margem de erro inferior a 2%, levando-se em conta a população de 116.524 profissionais, informada pelo Banco do Brasil à ANABB. O grau de confiança é de 95%.

ANABB APRESENTOU OS RESULTADOS DA PESQUISA PARA O BANCO E PARA A CASSI

A ANABB reuniu-se com o BB e com a Cassi para apresentar os resultados da pesquisa sobre o perfil atual dos funcionários. No encontro com os colegiados da Diretoria de Relações com Funcionários e Entidades Patrocinadas (Diref) e da Diretoria Gestão de Pessoas (Dipes), no dia 30 de março, o Banco registrou alguns questionamentos sobre a metodologia utilizada pela Universidade de Brasília e pela Universidade Federal de Santa Catarina, sobre o questionário empregado e sobre algumas formas de apresentação dos resultados. Os dirigentes da ANABB receberam as críticas, informaram que vão considerá-las tanto nos debates com os professores doutores que conduziram a pesquisa quanto em futuras pesquisas e colocaram o site da ANABB e o jornal Ação à disposição do Banco Brasil para que este possa também registrar seus contrapontos aos dados que entender que devam ser questionados ou esclarecidos.

Já na Cassi, a pesquisa foi apresentada no dia 2 de abril. Participaram da reunião todos os membros da Diretoria Executiva da Cassi e os gerentes das áreas de Saúde e Regulação. Durante os debates, os gestores e os profissionais da Cassi ressaltaram a importância das informações reveladas pela pesquisa para a realização de estudos mais detalhados sobre os dados que se apresentam divergentes daqueles colhidos nos exames periódicos de saúde. A ANABB colocou-se à disposição da Cassi para toda parceria que se mostre possível e necessária ao aperfeiçoamento de programas e práticas de atenção à saúde dos funcionários do BB da ativa e aposentados.

Representantes da Contraf-CUT e da Contec também já se reuniram com a ANABB para conhecer a pesquisa. Agora, os dirigentes da ANABB estão apresentando o estudo aos funcionários da ativa e aposentados do BB, durante encontros promovidos pelos diretores regionais em vários estados do país.

CÁLCULO DA APOSENTADORIA PO

Nova regra para o cálculo da aposentadoria é baseada na fórmula 85/95, em que o tempo de contribuição e a idade do beneficiário somem, no mínimo, 85 anos para as mulheres e 95 anos para os homens

Por Godofredo Couto

O Brasil gastou R\$ 349 bilhões, em 2014, com aposentadorias, pensões e auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Para 2015, a previsão é de que esse valor salte para R\$ 424,5 bilhões. Para reduzir o impacto desses gastos nos cofres públicos ao longo dos anos e, preocupado também com o aumento da expectativa de vida da população, o governo criou novas regras para a concessão de benefícios.

Tramita no Congresso uma proposta de mudança, que consiste em a pessoa ter a opção de se aposentar pela chamada fórmula 85/95, em que o tempo de contribuição e a idade do beneficiário somem, no mínimo, 85 anos para as mulheres e 95 anos para os homens. As novas medidas ainda devem passar por aprovação.

Hoje, a aposentadoria dos brasileiros é impactada pelo fator previdenciário, criado em 1999, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. Com as regras atuais, a mulher que tem 30 anos de contribuição e o

homem que tem 35 já podem se aposentar. No entanto, quanto menor a idade na data da aposentadoria, maior é o redutor aplicado e menor será o valor do benefício a ser recebido, que pode chegar a 45% do salário que ganhava na ativa. Isso porque o cálculo do benefício feito hoje é baseado em uma média aritmética, cujo valor resultante é multiplicado pelo fator previdenciário.

Devido a essa grande redução nos salários, muitas pessoas desistem de se aposentar logo. No entanto, outros não se importam com o valor reduzido, desde que “pendurem a chuteira” mais cedo.

Segundo o ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, na prática, a idade média de aposentadoria atual é de 54 anos. Desde que foi criado, o fator previdenciário gerou economia superior a R\$ 15 bilhões para a Previdência Social, segundo dados do governo. A redução de valores dos benefícios, no entanto, é muito combatida pelas centrais sindicais.



DE MUDAR

Muitas pessoas, quando solicitam a aposentadoria, não têm conhecimento da renda mensal que terão ao se aposentar. Elas só têm acesso a essa informação quando recebem a confirmação da aposentadoria pelo INSS. Se considerar insuficiente o valor a receber, ela pode desistir da aposentadoria, desde que não saque o primeiro pagamento.

O QUE MUDA COM AS NOVAS REGRAS

As novas regras propostas não excluirão o fator previdenciário, que permanecerá como segunda opção para o candidato à aposentadoria. Com esse fator, por exemplo, o homem com 50 anos de idade e 35 anos de contribuição já pode se aposentar.

Mas, se ele não quiser que seu benefício tenha o valor reduzido, pode esperar mais cinco anos para comple-

tar a fórmula 95, ou seja, quando a soma de sua idade (55) mais o tempo de contribuição (40) resulte em 95 anos. Dessa forma, ele terá sua aposentadoria em valor integral, podendo chegar ao teto da Previdência.

No entanto, essa premissa também pode mudar. A Câmara dos Deputados aprovou, na primeira quinzena de maio, a emenda do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB - SP) à Medida Provisória 664/14, que oferece ao trabalhador a alternativa de aplicar a regra 85/95 em vez do fator previdenciário, ou seja, pode escolher uma opção ou outra e, mesmo assim, receber o valor integral. Até o fechamento desta edição, a emenda ainda precisava ser aprovada pelo Senado e sancionada pela Presidente da República. Acompanhe no site www.anabb.org.br o desdobramento deste assunto. ■

APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

Independentemente de como o governo trata a aposentadoria dos brasileiros, uma das formas de investimento no futuro que garante uma vida mais tranquila é a aposentadoria complementar, que possibilita a realização de desejos e sonhos. Com esse investimento, não haverá preocupação em depender das decisões governamentais quando chegar o tempo de descansar do trabalho de toda uma vida.

Iniciar o quanto antes a aposentadoria complementar é uma garantia de qualidade de vida no futuro. O ANABBPrev é excelente oportunidade de investir no futuro, no presente.

Contatos
(61) 3317 2600
www.anabbprev.org.br

ANABBPrev
Fundo de Pensão





MARLENE LUIZ PEREIRA É A MULHER BB TALENTO 2015

O vice-presidente de Comunicação da ANABB, Douglas Scortegagna, realizou no dia 23 de abril a entrega do prêmio para a aposentada Marlene Luiz Pereira, ganhadora da campanha Mulher BB Talento. O evento aconteceu na AABB da cidade de Gaspar (SC) e a vencedora foi laureada com um iPad mini 16GB Wi-Fi branco da marca Apple. A campanha foi criada pela ANABB no mês de março em homenagem às mulheres. Também participaram da entrega o conselheiro deliberativo da ANABB, Cláudio Zucco, os diretores regionais Alsione Gomes de Oliveira Filho e Carlos Francisco Pamplona, o prefeito da cidade, Pedro Celso Zuchi, o pároco Frei Germano, o presidente da AABB local, Nivaldo Fachini, familiares da vencedora, amigos, funcionários e ex-funcionários da agência gasparense do Banco do Brasil. A Mulher BB Talento 2015 Marlene Pereira foi indicada pela colega Ivone Lopes. No total, a campanha alcançou cerca de 44,5 mil pessoas e as 23 candidatas receberam mais de 4.500 curtidas, 610 comentários e 539 compartilhamentos.

Conheça o perfil da ganhadora

Marlene tem 59 anos e trabalhou no BB durante 25 anos, onde foi referência de excelente atendimento, receptividade, dinamismo, cortesia e dedicação. Após concluir o curso técnico de Enfermagem no Colégio São José, ela ingressou no Banco do Brasil, comprometida com a qualidade de vida e a satisfação do cliente, buscando enxergar no atendimento, antes de tudo, o ser humano. Ao aposentar-se, retornou à sala de aula para o curso de Psicologia, profissão que exerce atualmente. Ela ainda encontra energia e disponibilidade para ajudar a comunidade em que vive em diversas atividades. Marlene é assim, uma mulher marcante e, a cada dia, escreve com talento sua história de amor pelas pessoas, tornando a vida tão especial quanto ela.

ODONTOANABB TAMBÉM PARA PARENTES DE ASSOCIADOS

Os associados da ANABB usufruem, desde 2008, gratuitamente, do plano OdontoANABB. Cerca de 23 mil dentistas, de todo o país, estão disponíveis aos associados. Para atender as expectativas dos filiados, a Associação ampliou, em 2010, o atendimento dentário aos parentes dos sócios até quarto grau. O funcionário da ativa do BB, que, por ser associado da ANABB, tem direito ao OdontoANABB gratuito, poderá transferir esse direito para um parente até quarto grau de sua livre indicação. O indicado não pagará nada por se tratar de transferência de direito do associado titular. Parentes até quarto grau de sócio da ANABB entram na categoria de Sócio Contribuinte Externo.



CASSI ESTÁ FORA DA NOVA DIRETORIA DA UNIDAS

A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) elegeu, no dia 12 de abril, sua nova diretoria, em Brasília, durante Assembleia Geral Ordinária. A Cassi, que havia indicado a presidente da Unidas nos últimos dois mandatos, não participa da nova diretoria daquela instituição. A Unidas é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 2002 para representar o segmento de autogestão no Brasil, que abrange atualmente um universo de 5 milhões de beneficiários atendidos por planos de assistência à saúde administrados por aproximadamente 140 instituições filiadas. A presidente da Unidas nos últimos dois mandatos foi Denise Elói, funcionária de carreira do Banco do Brasil e indicada pela Cassi. A ANABB foi surpreendida com a informação de que a Cassi não faz mais parte da diretoria da Unidas. Em contato com dirigentes da Caixa de Assistência, fomos informados de que a Cassi indicou um novo nome para ocupar a Presidência da Unidas, mas não houve consenso com as demais entidades de autogestão sobre a aceitação da indicação da Cassi. A Diretoria da ANABB vai continuar buscando informações sobre o assunto e assim que tiver novas notícias dará conhecimento a seus associados.



ENCONTROS REGIONAIS: A ANABB PROMOVE EVENTOS EM DIVERSOS ESTADOS

A ANABB, por meio de seus diretores regionais, tem promovido encontros com os funcionários da ativa e aposentados do Banco do Brasil em várias cidades do país. O objetivo destas visitas é apresentar a pesquisa “Quem são os Funcionários do Banco do Brasil?”, realizada pela ANABB e ouvir as demandas dos funcionários e aposentados do BB para a construção do “Seminário ANABB 2015”. No dia 23/04 o encontro aconteceu em Belém (PA) e no dia seguinte (24/04), em Pelotas (RS). Em 29/04, foi a vez da capital paulista sediar o encontro. Outra etapa de visitas ocorreu, na primeira semana de maio em Divinópolis e Montes Claros, ambas cidades do estado de Minas Gerais. O presidente da ANABB, Sérgio Riede e o vice-presidente de Relações Institucionais, Fernando Amaral, conduziram os encontros, alternadamente. Nos encontros regionais, dois representantes da ANABB nas agências do BB, em cada estado, foram escolhidos para participar do Seminário ANABB 2015. Os encontros reuniram cerca de 400 pessoas, no total.

FATOS E VERSÕES: MAIS TRANSPARÊNCIA PARA O ASSOCIADO

Muito se fala da ANABB, às vezes com fatos verdadeiros e outras não. Para manter o associado sempre esclarecido e as inverdades não denegrirem a imagem institucional da associação, foi criada a aba “Versões e Fatos”, no site da ANABB. Acompanhe!

PRESIDENTE DA CASSI, SÉRGIO IUNES, VISITA A ANABB

A ANABB recebeu, no dia 30 de março, o novo presidente da Cassi, Sérgio Iunes Brito. O presidente da ANABB, Sérgio Riede, e os vice-presidentes Douglas Scortegagna (Comunicação), Fernando Amaral (Relações Institucionais) e Reinaldo Fujimoto (Administrativo e Financeiro) colocaram-se à disposição para debater assuntos de interesse das duas entidades. Iunes reconhece que as dificuldades são muitas, mas entende que, com responsabilidade e serenidade, é possível chegar a bom termo na solução dos problemas que a Cassi enfrenta atualmente.



SEMINÁRIOS ANABB

A Relação dos Funcionários do BB com o BANCO DO BRASIL

QUARTA EDIÇÃO DO SEMINÁRIOS ANABB – A RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO BB COM O BANCO DO BRASIL

A ANABB promoveu, entre os dias 22 e 24 de maio de 2015, a quarta edição do Seminários ANABB no auditório Parlamundi da Legião da Boa Vontade (LBV), em Brasília (DF). O tema debatido foi “A Relação dos Funcionários do BB com o Banco do Brasil”. O evento deste ano inovou, ao apresentar um formato diferenciado. Enquanto nos anos anteriores o objetivo era disseminar conhecimento para os participantes, o seminário de 2015 teve um caráter mais receptivo, para aferição de opiniões. Além das discussões com os palestrantes e os debatedores, os associados participaram de debates em grupos, formados por funcionários da ativa e aposentados. O projeto Seminários ANABB foi criado pela Associação para discussão de assuntos que tratem diretamente dos direitos e dos interesses do corpo social, além de responder às demandas de temas que dizem respeito à Previ, à Cassi, ao BB e às demais entidades relacionadas aos funcionários da ativa e aposentados do Banco. O evento reuniu 300 pessoas entre dirigentes da ANABB, de todos os escalões, representantes dos funcionários da ativa e aposentados de todos os estados. Na próxima edição do jornal Ação nº 232, haverá um encarte contendo a cobertura completa da quarta edição do Seminários ANABB. Não perca!





OBSERVATÓRIO SOCIAL IMPLEMENTA SISTEMA DE FRANQUIA

O Sistema de Franquia Social objetiva assegurar a qualidade dos serviços prestados pelos Observatórios Sociais, por meio da padronização dos procedimentos

Por Godofredo Couto e Marilei Birck Ferreira

Os Observatórios Sociais terão, a partir de agora, um sistema de franquias. A implantação do sistema aconteceu no 6º Encontro Nacional dos Observatórios Sociais (Enos), promovido pelo OSB e realizado em Brasília entre os dias 26 e 28 de março de 2015. O evento, que contou com mais de 300 participantes, abordou como tema principal a eficiência da gestão pública.

A ANABB participou do 6º Enos como correalizadora, juntamente com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O evento contou ainda com o patrocínio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná (Fecomércio/PR) e com o apoio do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Centro Internacional de Formação de Atores Locais para a América Latina (Cifal).

O presidente do Observatório Social do Brasil, Ater Cristofoli, comentou que o evento foi de fundamental importância e pode ser visto como reconhecimento da legitimidade e da atuação da Rede OSB. Para ele, “esse encontro mostrou a força da Rede OSB em todo o Brasil”.

O OSB atua hoje na fiscalização de contas públicas de 96 cidades de 18 estados brasileiros e monitora licitações municipais, cobrando providências em caso de irregularidades. Essas unidades locais têm realizado minucioso trabalho no monitoramento das compras públicas em nível municipal, na educação fiscal, na inserção da micro e da pequena empresa nos processos licitatórios e na construção de indicadores da gestão pública, entre outras frentes de trabalho.

O OSB atua hoje na fiscalização de contas públicas de 96 cidades de 18 estados brasileiros e monitora licitações municipais, cobrando providências em caso de irregularidades

A implantação do Sistema de Franquia Social tem como objetivo estabelecer e assegurar a qualidade do serviço prestado por meio da padronização dos proce-



dimentos, um modelo aos integrantes da Rede OSB. Segundo Roni Enara, diretora executiva do OSB, o sistema é, na verdade, a formalização do trabalho que já é feito nas 96 unidades presentes em 18 estados brasileiros. “O Sistema de Franquia Social está trazendo para os Observatórios Sociais uma assistência customizada e um manual com todos os procedimentos descritos. É um trabalho inovador, sem interesse comercial, pois não visa a lucro”, comenta a diretora.

Com o novo sistema de implantação dos Observatórios Sociais, haverá de maneira coordenada uma disseminação da metodologia padronizada, em forma de franquia social, não comercial, o que garantirá o respeito a princípios, padrões e identidade visual da Rede OSB. Tudo isso está baseado na Lei do Franchising (Lei nº 8.955/1994). A franquia recebe manuais de procedimentos, sistema informatizado, capacitação inicial e contínua, além de suporte técnico permanente.

Entre as vantagens e os benefícios da implantação do Sistema de Franquia Social OSB nos municípios brasileiros estão: promoção de uma sociedade consciente, organizada e proativa; aumento do número de licitantes e redução de desvios de verbas; e economia aos cofres públicos e melhores serviços à comunidade. Para Roni Enara, “o sistema vai consolidar a expansão dos OS, garantindo compromisso dos franqueados em seguir o padrão para a Rede crescer fortalecida”.

COMO FUNCIONA

O cidadão ou a entidade que conhece o trabalho dos Observatórios Sociais, e se interesse em replicar o modelo em seu município, deve fazer seu cadastro pelo *site* do OSB (www.osbrasil.org.br) ou por *e-mail*, e participar de uma entrevista. Em seguida, recebe a Circular de Oferta de Franquia e Orientação Normativa. Depois, é só seguir os passos para a promoção de uma palestra pública, a formação de uma comissão de constituição do Observatório Social local, a assinatura do pré-contrato de Franquia Social, a orientação para a instalação, o registro e a supervisão inicial.

Vale destacar que o Sistema de Franquia Social OSB necessita de mantenedores (pessoas físicas e jurídicas) que desejam investir neste empreendimento social. O investimento deve ser feito em instalações adequadas e condições de trabalho para uma equipe técnica, formada por um coordenador e auxiliares. As alianças estratégicas e os trabalhos voluntários permanecem muito bem-vindos. ■

ANABB ASSINA TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O OSB

A Associação já apoia, como copatrocinadora, os Observatórios Sociais de Campo Grande (MS), Campos Gerais (PR), Santo Antônio de Jesus (BA) e Pelotas (RS). Durante o 6º Enos, a ANABB assinou um Termo de Cooperação Financeira para repasse mensal de R\$ 2.000,00 para mais outros quatro observatórios. São eles: Taubaté (SP), Erechim (RS), Brasília (DF) e Curitiba (PR). Para o vice-presidente de Comunicação da ANABB, Douglas Scortegagna, “a ANABB abraçou a causa e afirmou que é parceira efetiva dos Observatórios Sociais”.

O presidente da Associação, Sérgio Riede, disse que a ANABB sempre esteve preocupada com questões éticas que envolvem a sociedade brasileira. “No ano passado, a Diretoria da ANABB aprovou o apoio à instalação de quatro novos observatórios. Depois, nós prorrogamos esse auxílio por mais um ano. Agora, aprovamos o apoio a mais quatro OS, visando estimular sua ascensão”, comentou Riede.

O objetivo da parceria com o OSB é envolver os associados da Entidade, seus familiares e as comunidades em que atuam na promoção de espaços para o exercício da cidadania e de iniciativas democráticas e apartidárias, contribuindo para a melhoria da gestão pública. A ANABB, como parceira do OSB, tendo apoiado a realização do 6º Enos, recomenda a seus associados que se envolvam como voluntários nos Observatórios Sociais de suas cidades.



O presidente da ANABB, Sérgio Riede, e o vice-presidente de Comunicação, Douglas Scortegagna, assinam Termo de Cooperação Financeira com o OSB

Para mais informações sobre o Observatório Social do Brasil acesse www.osbrasil.org.br.



SITUAÇÃO FINANCEIRA ABALA ALGUNS FUNDOS DE PENSÃO

Mesmo diante das oscilações do mercado, a Previ minimizou os impactos negativos e continua apresentando planos sólidos

Por Marilei Birck Ferreira

A sustentabilidade dos fundos de pensão tem sido assunto frequente na imprensa nos últimos meses. No entanto, é importante salientar que cada fundo tem suas particularidades, pois possuem patrimônios diferentes e são regidos por direções distintas.

O fundo de pensão dos funcionários dos Correios, o Postalís, tem passado por problemas. Para cobrir as baixas, em 2015, a entidade elevou de 3,94% para 25,98% a contribuição paga pelos participantes do programa até 2030, diante do rombo estimado em R\$ 5,6 bilhões em 2014. Isso representa um aumento de seis vezes na contribuição mensal.

Outro fundo que também tem recebido grande atenção da imprensa é o dos empregados da Petrobras, o Petros, que teve perda de R\$ 6,2 bilhões em 2014. É o segundo ano consecutivo de *déficit* atuarial – previsão de pagamento de benefício ao participante do momento em que ele se aposenta até o último dia de vida, sua ou de seu cônjuge. No terceiro ano, participantes e patrocinadora terão de aumentar a contribuição, conforme prevê a legislação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão que regula e fiscaliza o setor. Isso porque as regras determinam que, se apresentar *déficit* por três anos consecutivos ou se esse *déficit* for maior do que 10% do patrimônio, o plano precisa ser equacionado paritariamente entre participantes e patrocinadora. Normalmente, isso ocorre por meio de contribuições extras ao plano, o que, para os aposentados, resulta em redução do valor do benefício.

Já o fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, o Funcef, encerrou 2014 com *déficit* acumulado em seus planos de benefícios de R\$ 5,5 bilhões. O valor corresponde a 10,3% do patri-

mônio da fundação, que fechou o ano passado com R\$ 54,2 bilhões. Por isso, os gestores do plano alertam os funcionários da Caixa sobre a necessidade de aportes extras para que possam receber complemento de aposentadoria.

E A PREVI COMO ESTÁ?

A Previ vai bem. Pelo menos é o que dizem os números. Em seu relatório anual de 2014, a Previ apresenta as seguintes informações: o Plano 1, mais antigo e fechado para novos participantes desde 1997, encerrou 2014 com 116.863 participantes e um patrimônio de R\$ 162 bilhões, dos quais R\$ 122 bilhões referem-se à reserva matemática, prevista para a cobertura dos benefícios até o último participante. Apesar da rentabilidade do período de 2,55% ter ficado abaixo da meta atuarial de 11,54%, o Plano 1 conta com cerca de 10% de recursos a mais do que o necessário para o pagamento de benefícios atuais e futuros no decorrer do tempo, contando com um *superávit* de 12,5 bilhões.

Já o Previ Futuro, em fase de arrecadação e crescimento exponencial dos ativos, atingiu em 2014 o patamar de R\$ 5,7 bilhões, registrando rentabilidade de 7,64% no exercício, frente a uma meta atuarial de 11,54%. Com uma taxa de filiação acumulada de 94,2%, o plano conta hoje com mais de 82 mil participantes.

Os números mostram que, mesmo diante da turbulência do cenário macroeconômico e das oscilações do mercado, a Previ segue sólida. A entidade mantém-se como maior pagadora de benefícios de previdência complementar do país. Em 2014, o desembolso em benefícios de responsabilidade da Previ



correspondeu a R\$ 8,4 bilhões para 92.918 aposentados e pensionistas, sendo a maior parte relativa ao Plano 1, que tem verificado aumento gradual no volume de benefícios pagos, devido a sua maturidade. Também aumentou o total de benefícios pagos aos associados do Previ Futuro, já que os primeiros participantes começaram a adquirir o direito de se aposentar em 2013, quando o plano completou 15 anos.

O QUE DIZ A PREVI

Segundo a Assessoria de Comunicação da Previ, os gestores do plano de previdência permanecem confiantes na continuidade do cumprimento da missão de garantir o pagamento, em dia e de forma eficiente, segura e sustentável, dos benefícios de seus 200 mil associados e pensionistas. Em nota, a Previ informou que “mesmo diante de um cenário mais desafiador, a Previ realizou o maior pagamento de benefícios regulares em toda a sua história de 110 anos de existência: R\$ 8,4 bilhões foram distribuídos aos participantes somente em 2014. Isso demonstra a solidez da entidade e o quão bem preparada a Previ está para enfrentar momentos de dificuldade. Além de contar com um dos modelos de governança reconhecidamente mais avançados da indústria de fundos de pensão, a Previ dispõe de ativos sólidos em suas diversificadas carteiras de investimentos, o que proporciona segurança e geração de valor tanto hoje quanto no longo prazo. Por fim, modelos de gestão baseada em riscos e em ALM (Asset and Liability Management – Gestão de Ativo e Passivo, em português), na qual passivos e ativos são constantemente avaliados e alinhados, permitem que a Previ inove sem correr riscos desnecessários, em busca das melhores rentabilidades para seus planos de benefícios”.

O QUE DIZ A ABRAPP

Para o diretor-presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), José Ribeiro Pena Neto, o sistema tem dado segundas mostras de sua vitalidade, comprovada pelos resultados no longo prazo. “Os fundos de pensão registraram rentabilidade de 2,187% nos últimos 20 anos, resultado muito acima do exigível atuarial de 1,189% no mesmo período. Assim, dispõem de todas as condições patrimoniais para fazer frente aos compromissos expressos no passivo. Ressalta-se que, em mais uma prova de estabilidade, todos os meses, sem atrasos, os fundos de pensão brasileiros vêm pagando perto de R\$ 2,7 bilhões em benefícios a mais de 700 mil participantes assistidos”, conclui.

SENADO ARQUIVA CRIAÇÃO DE CPI

Foi cancelada, no início do mês de abril, a proposta de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal que investigaria planos de alguns fundos de pensão de previdência privada. O requerimento apresentado previa a investigação de irregularidades e prejuízos na administração de recursos financeiros das entidades fechadas de previdência complementar – fundos de pensão das sociedades de economia mista e das empresas controladas direta e indiretamente pela União –, ocorridos a partir de 2003, envolvendo Previ, Petros, Funcef e Postalis.

Para que a minoria possa criar uma CPI no Senado, é necessário requerimento com pelo menos 27 assinaturas. O requerimento, que já estava com 31 assinaturas, acabou perdendo a assinatura de seis senadores. Assim, a CPI ficou com 25 assinaturas, duas a menos do que o mínimo necessário para sua criação.

A ANABB está acompanhando de perto todo o processo e o desenrolar do assunto. ■



JUSTIÇA GARANTE GOV

Grupo de conselheiros tentou destituir o presidente do Conselho Deliberativo da ANABB, ameaçando a governança da entidade.

Diretoria recorreu à Justiça, que garantiu João Botelho na Presidência

Ter uma gestão transparente e com princípios éticos é, mais do que tudo, uma obrigação de qualquer entidade que represente um grupo de trabalhadores. Para que isso ocorra, é necessário irrestrito respeito às regras estabelecidas nos Estatutos e à governança legitimamente eleita. Sob essa perspectiva, a ANABB também tem de primar por boa relação entre conselheiros, diretoria e corpo social para conseguir resultados sólidos em benefício de seus associados.

Infelizmente, essa postura foi quebrada por um grupo de conselheiros deliberativos da entidade que tentou, no fim do mês de abril, sem motivos sólidos, destituir o presidente do Conselho Deliberativo (Conde), Sr. João Botelho, para assumir o controle do órgão máximo de gestão da entidade. Para garantir a segurança institucional, a Diretoria Executiva propôs, no dia 29 de abril, a pedido do presidente legitimamente eleito do conselho, uma ação ordinária com pedido de tutela antecipada ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) em desfavor desse grupo. Por considerar a tentativa de destituição um “ato anômalo” sem amparo nos normativos da Associação, a Justiça considerou nula a declaração de destituição do presidente por parte daquele grupo e também todas as demais decisões tomadas por eles com a pretensão de que fossem acolhidas como decisões do Conselho Deliberativo da ANABB.

ENTENDA O CASO

Na primeira reunião do Conselho Deliberativo eleito pelos associados no pleito de 2011, o Sr. João Botelho foi legitimamente escolhido para a Presidência do Conde, em 12 de dezembro daquele ano, para um mandato de quatro anos, até dezembro de 2015. Sua escolha se deu conforme previsto no artigo 23, inciso I, do Estatuto da ANABB, com 21 votos, ou seja, pela unanimidade dos membros do Conselho Deliberativo.

Segundo o artigo 23, inciso XX, do Estatuto da Associação, o prazo para aprovação das contas é até 30 de abril de cada ano. Considerando essa previsão estatutária, o presidente do Conde, Sr. João Botelho, em 10 de abril de 2015, convocou reunião daquele colegiado para 27 e 28 de abril de 2015. Entre os assuntos da pauta estavam o julgamento das contas do exercício de 2014 com os pareceres do Conselho Fiscal e da auditoria independente e a

apreciação do relatório da Diretoria Executiva.

No dia 24 de abril de 2015, sexta-feira, a Sra. Tereza Godoy apresentou sua carta de renúncia ao cargo de vice-presidente de Relações Funcionais, justificando seu pedido pela necessidade de acompanhamento do estado de saúde de seu filho e pelo fato de já ter adquirido tempo para aposentadoria. Dessa forma, conforme previsão estatutária, a Sra. Tereza Godoy retornou ao cargo de conselheira deliberativa na segunda-feira, 27 de abril de 2015, exatamente no dia da reunião agendada pelo presidente do Conde.

No início da reunião, um grupo de 11 conselheiros, incluindo a Sra. Tereza Godoy, alegando ser urgente a nomeação do substituto da vice-presidente que acabara de renunciar, propôs a inversão da pauta previamente definida para, primeiramente, escolher esse substituto.

O presidente Botelho argumentou que a pauta previamente elaborada e enviada a todos os conselheiros já estava muito extensa e que não havia urgência na inclusão desse assunto na pauta, já que o Estatuto da ANABB prevê, no artigo 32, parágrafo 2º, que um vice-presidente pode acumular outra Vice-Presidência, em caso de ausência de outro, independentemente do motivo, por até 90 dias ininterruptos. Além disso, o parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto estabelece que as decisões da Diretoria Executiva podem ser tomadas por um quórum mínimo de três de seus membros. Como a Diretoria Executiva ainda conta com quatro integrantes, o presidente Botelho se dispôs a convocar outra reunião do conselho no prazo de 30 dias.

Inconformados com o fato de o Sr. Botelho não ter acatado a solicitação do grupo de inverter a pauta e proceder a nomeação imediata do substituto da Sra. Tereza Godoy, esse grupo de 11 conselheiros – Graça Machado, Cecília Garcez, Denise Vianna, Augusto Carvalho, Emílio Ribas, William Bento, Tereza Godoy, Cláudio José Zucco, Nilton Brunelli, Ana Landin e Mércia Nascimento – subscreveu um texto para o Sr. João Botelho, comunicando-o da decisão de destituí-lo do cargo de presidente do Conselho Deliberativo, substituindo-o pela Sra. Cecília Garcez.

Diante da falta de condições para prosseguir os trabalhos, o presidente Botelho declarou suspensão a reunião, marcando a retomada dos debates para o dia seguinte, 28 de abril, data já incluída na convo-

VERNANÇA DA ANABB

cação do dia 10 daquele mês. Após a suspensão, o Sr. Botelho produziu documento registrando que não reconhecia “a legitimidade e a legalidade da decisão desse grupamento, uma vez que tomada ao arrepio da legislação e dos normativos internos da ANABB”, pedindo à Presidência da Diretoria Executiva que verificasse as “medidas judiciais cabíveis para a fixação da governança corporativa da ANABB, com base no que dispõem a lei e os normativos da entidade”.

Também os outros nove conselheiros que não concordaram com a tentativa de destituição do presidente do Conde – Gilberto Santiago, Ilma Peres, Isa Musa, José Branisso, Luiz Antonio Careli, Luiz Oswaldo Sant’lago, Maria Goretti Barone, Mário Tatsuo e Paula Goto – assinaram declaração em que afirmam não reconhecer a decisão tomada pelo grupo que tentou a destituição e manifestam o “reconhecimento de que o legítimo presidente do Conselho Deliberativo da ANABB é o Sr. João Botelho, legitimamente eleito com os votos de 21 (vinte e um) conselheiros”. Além disso, afirmam apoiar “qualquer iniciativa judicial, se necessária for, para assegurar o pleno exercício do cargo de presidente do Conselho Deliberativo pelo Sr. João Botelho, garantindo, assim, a legítima governança da ANABB”.

DECISÃO JUDICIAL

Atendendo ao pedido do presidente João Botelho, a Diretoria propôs, no dia 29 de abril, uma ação ordinária com pedido de tutela antecipada ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal em desfavor do grupo que tentou destituir o presidente do Conde. Em 5 de maio, a juíza de Direito substituta Fernanda Almeida Coelho de Bem, da 16ª Vara Cível de Brasília, decidiu favoravelmente aos argumentos apresentados pela Diretoria da ANABB e pelo presidente do Conselho Deliberativo. A decisão da juíza considerou nulas a destituição de João Botelho e as demais deliberações tomadas pelos 11 conselheiros.

Em sua argumentação, a juíza afirmou que “não vislumbra razoabilidade no ato de substituição do presidente do Conselho, tendo como fundamento a negativa de votação imediata para preenchimento da vaga aberta na Diretoria Executiva da entidade, porque a renúncia da vice-presidente de Relações Funcionais ocorreu apenas três dias antes da reunião extraordinária, designada para 27 de abril de 2015, com pauta já programada nos termos do artigo 47 do Regimento Interno da ANABB”. Ela também destacou a “instabilidade das relações orgânico-institucionais se mantido o *status quo* atual, com prejuízos para o adequado funcionamento da entidade e a segurança jurídica de sua atuação”.

DAS DECISÕES CONSIDERADAS NULAS PELA JUSTIÇA

Mesmo diante da falta de amparo legal na destituição do presidente do conselho e, ainda, sem a participação de outros nove conselheiros, o grupo de 11 conselheiros ignorou a decisão da suspensão da reunião para o dia seguinte e realizou uma reunião no mesmo dia 27 de abril, apresentando, ao fim do dia, uma ata dessa reunião ao presidente da ANABB, Sergio Riede, como se fosse documento oficial do Conde.

A carta de encaminhamento tem a assinatura do conselheiro Cláudio José Zucco como suposto novo presidente do conselho. O presidente da Diretoria Executiva recebeu o documento com o seguinte despacho: “Recebi o presente documento, mas não o reconheço como ata de reunião do Conselho Deliberativo, uma vez que não está assinado pelo presidente legitimamente eleito, Sr. João Botelho”.

A ata entregue registrou os seguintes assuntos:

- **Renúncia da recém-escolhida presidente do conselho**, Sra. Cecília Garcez, que alegou impossibilidade de assunção do cargo para o qual fora escolhida horas antes, em função de “agenda muito atribulada como executiva na Previ”.
 - **Eleição do Sr. Cláudio José Zucco como suposto novo presidente do conselho.**
 - **Eleição imediata do substituto da Sra. Tereza Godoy** – Foi indicado o Sr. William Bento, que retirou sua candidatura. Com a desistência do Sr. William, o grupo decidiu não eleger ninguém para ocupar a Vice-Presidência de Relações Funcionais.
- Ou seja, o assunto que fora considerado de extrema urgência na parte da manhã, a ponto de ser dado como motivo para tentar destituir o presidente do Conde, não teve solução na parte da tarde.
- **Julgamento das contas do exercício de 2014** – A unanimidade dos conselheiros desse grupo decidiu abster-se de votar a matéria.

Na última reunião do Conselho Deliberativo de 2014, a conselheira Graça Machado propôs e conseguiu aprovar – com o voto de dez conselheiros do grupo dos 11, exceto Tereza Godoy, que ainda era vice-presidente – que todos os recursos recebidos pela



ANABB, a título de Pró-labore II, em decorrência do acordo firmado em 2011, pela gestão anterior, com a corretora Just Life, da qual é sócio e administrador o Sr. Valmir Camilo, deveriam ser desconsiderados como receitas da ANABB e lançados como provisão para eventual devolução à Just Life. A Diretoria Executiva cumpriu o determinado pelo conselho. O Conselho Fiscal e a Auditoria Independente fizeram ressalvas, questionando exatamente a consistência dessas provisões.

- **Comissão de Ética para apurar conduta dos diretores da ANABB** – Os 11 conselheiros presentes à irregular reunião do conselho aprovaram proposta, de autoria do conselheiro William Bento, para “abertura de processo pela Comissão de Ética com o objetivo de analisar conduta de membros da Diretoria Executiva e de outros dirigentes”. Aprovaram também a instalação da Comissão de Ética, “ficando para a próxima reunião a escolha dos membros que irão compor a comissão”.

A proposta não nominou quais membros da Diretoria e outros dirigentes deveriam ser investigados. E, como o artigo 23 do Código de Ética da ANABB, aprovado por todos os conselheiros em 2012, estabelece que “a Comissão de Ética será composta de 5 membros efetivos e 3 suplentes, escolhidos pelo Conselho Deliberativo, entre seus pares, com o mandato coincidente com os dos conselheiros deliberativos”, a decisão de escolha futura de novos membros da Comissão de Ética também significa, na prática, a destituição dos atuais membros, legitimamente eleitos pela unanimidade do Conselho Deliberativo.

- **Alteração estatutária sem consulta ao corpo social** – O grupamento dos 11 inseriu em um item chamado de “Outros assuntos de interesse da Associação deliberados” a criação de uma regra, que ao contrário do Estatuto da ANABB, previa que, a

partir daquela data, “os membros da Diretoria Executiva que renunciarem ao cargo, retornando ao Conselho Deliberativo, só poderão ser reeleitos decorrido o prazo de seis meses”.

Como não há no Estatuto qualquer limitação neste sentido, isso significa que o grupo dos 11 conselheiros deliberou sobre matéria de natureza estatutária, sem pautá-la antecipadamente. Na prática, isso representa uma supressão de poderes do corpo social.

- **Suspensão do Seminário ANABB 2015** – No mesmo item “Outros assuntos de interesse da Associação deliberados”, o grupamento que tentou destituir o presidente do Conde decidiu que, em virtude do *déficit* operacional da ANABB de R\$ 2.561.473,00 em 2014, fosse suspenso o Seminários ANABB 2015.

Na verdade, o resultado final da ANABB em 2014, considerando todas as receitas e despesas, foi superavitário em R\$ 2.924.594,00 (ver box com detalhamento desta informação). Portanto, não há como se falar em falta de recursos para realizar o seminário anual da ANABB, que neste ano tratou da relação dos funcionários com o Banco do Brasil.

Merece reflexão também o fato de a programação de eventos da ANABB para 2015 obedecer rigorosamente o Planejamento Estratégico e o Orçamento aprovados pelo Conselho Deliberativo. Os custos do seminário estão integralmente dentro do Orçamento 2015. Obedecidos o Planejamento Estratégico e o Orçamento da ANABB, cuja aprovação é de alçada do Conselho Deliberativo, a realização do seminário é um ato de gestão que compete à Diretoria Executiva. Eventual decisão do Conde suspendendo um ato de gestão da Diretoria Executiva, alinhado ao Planejamento Estratégico e contemplado no Orçamento 2015, significa supressão de competências de um órgão da entidade, comprometendo o necessário equilíbrio entre os poderes.

ANABB FECHOU 2014 COM SUPERÁVIT

A ANABB não apresenta situação financeira deficitária, ao contrário do que argumentou o grupamento de 11 conselheiros. Considerando todas as receitas e as despesas, a Associação apresentou saldo superavitário de R\$ 2.924.594,00 em 2014. Com isso, as reservas da entidade atingiram mais de R\$ 33 milhões.

O resultado operacional negativo – que desconsidera as receitas financeiras, entre outros itens – só apareceu na contabilidade da ANABB em dezembro de 2014, porque a Diretoria teve de registrar como provisões as receitas relativas ao Pró-labore II recebidos pela ANABB, em função do acordo que repassou a corretagem de seguros, em 2011, para a empresa Just Life, que tem como sócio e administrador o Sr. Valmir Camilo.

O registro desses valores como provisões deve-se ao cumprimento de determinação do Conselho Deliberativo aprovada em dezembro de 2014, o que foi res-

salvado nos pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Externa, que questionaram tal provisão.

É importante destacar que a atual Diretoria Executiva recebeu a entidade em 16 de janeiro de 2012 com disponibilidade de pouco mais de R\$ 4 milhões, realizou todos os eventos nacionais e regionais previstos em seu planejamento estratégico e, em maio de 2015, as reservas da ANABB já somam mais de R\$ 33 milhões, sendo que aproximadamente R\$ 15 milhões estão provisionados por conta da decisão do conselho sobre o Pró-labore II e R\$ 18 milhões são reservas livres.

O Relatório Anual 2014 da ANABB, que deveria ter sido aprovado até 30 de abril de 2015, deve ser analisado pelo Conselho Deliberativo em sua próxima reunião e, assim que for julgado, conforme prevê o Estatuto, será encaminhado a todos os associados, quando poderão ser comprovadas essas informações.



TRANSCRIÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL

Trata-se de ação pelo rito comum ordinário com pedido de antecipação da tutela ajuizada pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) e JOÃO BOTELHO, em desfavor de 11 membros do Conselho Deliberativo da ANABB, ANA LUCIA LANDIN, AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO, CECÍLIA MENDES GARCEZ SIQUEIRA, CLÁUDIO JOSÉ ZUCCO, DENISE LOPES VIANNA, EMÍLIO SANTIAGO RIBAS RODRIGUES, MARIA DAS GRAÇAS CONCEIÇÃO MACHADO COSTA, MÉRCIA MARIA NASCIMENTO PIMENTEL, TEREZA CRISTINA GODOY MOREIRA DOS SANTOS, WILLIAM JOSÉ ALVES BENTO.

Narram, em síntese, que o então presidente do Conselho Deliberativo da ANABB, composto por 21 membros, convocou reunião extraordinária para os dias 27 e 28 de abril de 2015, para tratar dos assuntos previamente determinados, como aprovação de atas, pareceres, abertura de processo pela Comissão de Ética, ajuste e estrutura de cargos da ANABB.

Relatam que, no dia da reunião (27/4), um grupo de 11 conselheiros suscitou questão de ordem referente à recomposição da Diretoria Executiva, que estava com um cargo vago, em razão da renúncia da Sra. Tereza Godoy, que voltou a integrar o Conselho Deliberativo. Afirmam que, em razão do indeferimento da questão de ordem, 11 membros do Conselho Deliberativo, réus na presente ação, paralelamente à reunião que estava acontecendo, sem a participação dos demais membros do conselho, lavraram um documento substituindo o presidente do Conselho Deliberativo e retirando-o de suas funções. Em vista desse “ato anômalo” dos réus, o segundo autor, legítimo presidente do Conselho Deliberativo, suspendeu os trabalhos e remarcou a reunião para o dia 28/4.

No entanto, o grupo formado pelos réus realizou, na mesma data, outra reunião, lavrando a ata respectiva com estranhas deliberações, a respeito de temas, inclusive, não previstos na pauta.

Segundo os autores, o ato dos réus viola o Código Civil (arts. 58 e 59, I e II) e o Estatuto da ANABB, sendo totalmente nulo.

Requerem, em antecipação de tutela, ordem judicial para manutenção do autor João Botelho no exercício da Presidência do Conselho Deliberativo, impedindo atuação do réu Cláudio José Zucco como presidente do Conselho, sob pena de multa; declaração de falta de validade das deliberações constantes da ata irregular lavrada pelos réus.

Decido.

São requisitos para concessão da tutela antecipada, previstos no art. 273 do CPC: prova inequívoca, verossimilhança da alegação da parte autora quanto ao fundamento de direito do pedido e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

A prova inequívoca dos fatos relatados na inicial conta dos autos às fls. 37/174, merecendo destaque os seguintes documentos:

- Estatuto da ANABB, fls. 37/50;
- Ata nº 01/2011, de 12/12/2011, da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, em que o segundo autor, João Botelho, foi eleito para o cargo de presidente do Conselho Deliberativo, para mandato de dezembro de 2011 a dezembro de 2015, fls. 54/56;
- Convocação para Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27 e 28 de abril de 2015, assinada pelo presidente do Conselho, fls. 107/108;
- Ata da reunião em que os conselheiros réus decidiram pela substituição do presidente do Conselho Deliberativo, fl. 112;
- Ata nº 08/2015, referente às sessões de 27 e 28/4/2015, suspendendo os trabalhos da sessão para continuidade em 28/4/2015, fls. 114/116;
- Ata da Reunião realizada pelos réus no dia 27/4/2015, sob a presidência do novo presidente do Conselho Deliberativo por eles eleito, fls. 118/123.

Com base na prova documental constante nos autos, é verossimilhança a alegação da parte autora em razão da plausibilidade do direito invocado na inicial.

Nos termos do art. 58 do Código Civil, nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no Estatuto.

In casu, inexistente norma legal ou estatutária amparando a substituição do presidente do conselho pelos 11 conselheiros que subscreveram o ato.

Nos termos do art. 25, I, a, do Estatuto, o presidente do Conselho Deliberativo é eleito pelos 21 membros do conselho, por voto secreto, para mandato de quatro anos.

Apesar de o Estatuto não regular a destituição do presidente do Conselho Deliberativo do cargo, estipula o seguinte para destituição de membro da Diretoria Executiva:

Art. 23. O Conselho Deliberativo é o órgão responsável pelo direcionamento estratégico da ANABB, compreendendo a orientação político-administrativa, cabendo-lhe:

XXXIII – destituir do cargo, integrante da Diretoria Executiva, com voto secreto, favorável, de 16 (dezesseis) conselheiros, após conceder ao interessado ampla oportunidade e defesa. (fl. 42)

Assim, verifico que o Estatuto, ao tratar da destituição de membro da Diretoria Executiva, privilegiou os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, em respeito à eficácia horizontal dos direitos fundamentais, os quais devem ser observados nos procedimentos internos da entidade para destituição de outros membros de seus cargos e funções.

Ademais, não vislumbro, *prima facie*, razoabilidade no ato de substituição do presidente do Conselho Deliberativo, tendo como fundamento a negativa de votação imediata para preenchimento da vaga aberta na Diretoria Executiva da entidade.

Porque a renúncia da vice-presidente de Relações Funcionais ocorreu apenas três dias antes da reunião extraordinária designada para o dia 27/4/2015, com pauta já programada, nos termos do art. 47 do Regimento Interno da ANABB, *in verbis*:

Art. 47. As reuniões do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos Grupos de Assessoramento Temáticos deverão ter pautas predeterminadas, viabilizada a adequada preparação do evento. (fl. 139).

Por fim, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação consiste na instabilidade das relações orgânico-institucionais se mantido o *status quo* atual, com prejuízos para o adequado funcionamento da entidade e a segurança jurídica de sua atuação. Por tais razões, em juízo de cognição sumária, próprio das tutelas de urgência, verifico a presença dos requisitos legais e defiro, em parte, os pedidos de tutela antecipada.

Ante o exposto, DEFIRO parcialmente os pedidos de ANTECIPAÇÃO DE TUTELA para, até decisão ulterior: a) suspender o ato de destituição do segundo autor do cargo de presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil; b) suspender as deliberações tomadas pelos 11 conselheiros réus, conforme ata da reunião presidida por Cláudio José Zucco, em 27/4/2015; c) manter no cargo de presidente do Conselho Deliberativo da entidade o segundo autor, João Botelho.

Citem-se e intimem-se para cumprimento imediato.

Brasília – DF, terça-feira, 5/5/2015, às 12h48.

Fernanda Almeida Coelho de Bem

Juíza de Direito Substituta



VENDENDO GATO POR LEBRE



Fernando Amaral

Vice-presidente de Relações Institucionais - virin@anabb.org.br

Todo mundo clama por um mundo mais justo, com mais harmonia e respeito. Mas, frequentemente, nos deparamos com discursos bonitos para vender gatos por lebres. Não temos como impedir essas pessoas de agirem dessa maneira, mas temos como analisar o que é dito, cumprir o que é escrito e considerar o que é praticado para não cair no conto do vigário.

Desde o início da década de 1990 surgiu a expressão “TERCEIRIZAÇÃO”. No dicionário, “terceirização” não existe. Mas existe “terceiro” – aquele que em ordem se segue ao segundo.

Em primeiro lugar, uma empresa prestar serviço para outra já existe desde que o mundo é mundo. Não foi uma inovação da década de 1990 e nunca foi chamada de terceirização.

Em segundo lugar, o que ocorreu a partir da década de 1990, e o que o PL nº 4.330/2004 visa consolidar, é a permissão para que uma empresa dispense parte de seus empregados, que têm direitos trabalhistas conquistados por suas categorias profissionais, para contratar esses mesmos empregados como empregados de outra empresa que os colocará para fazer os mesmos serviços, porém sem os direitos que tinham ou têm os empregados da contratante.

Nessa transação, é verdade que a empresa que terceiriza diminui seus custos e aumenta seu lucro. Também é verdade que a empresa terceirizada, ao prestar este serviço, cobrará um preço que cubra seu custo e lhe proporcione lucro. Porém, não existe magia nem milagre nessa história.

A questão foi tão avassaladora que o próprio Tribunal Superior do Trabalho (TST) passou a aceitar a prática, limitando-a, entretanto, a atividades-meio das empresas. Por exemplo, na atividade bancária, atender, fazer negócios e vender produtos e serviços financeiros são tarefas de bancários. Já os serviços de limpeza e segurança não o são. Por esse motivo, limpeza e segurança podem ser serviços terceirizados. Porém, os trabalhadores dessas áreas têm de ter preservados todos os direitos de sua categoria. Assim, essa contratação é considerada uma “prestação de serviço”, e não uma terceirização.

A terceirização precariza o trabalho e o salário do trabalhador, sendo uma intermediação fraudulenta de mão de obra. A prestação de serviço, do contrário, permite que todo profissional faça jus aos direitos conquistados por sua categoria.

Há muito que o movimento sindical defende os direitos dos trabalhadores terceirizados, protegendo, por exemplo, que o terceirizado que preste serviço a banco, fazendo atividade de bancário, seja considerado “BANCÁRIO”, com todos os direitos que os bancários têm. Assim, não haverá motivo para se contratar bancários por terceirizados e esses trabalhadores terão seus direitos assegurados e cumpridos.

Os que defendem a aprovação do PL nº 4.330/2004 discursam para o público que é necessário garantir aos atuais milhões de trabalhadores terceirizados direitos consagrados aos trabalhadores regularmente contratados. Com essa frase todos concordamos. Porém, discordamos do que está escrito no projeto de lei, que prevê a possibilidade de terceirização também para a execução das atividades-fim das empresas que quiserem terceirizar. E isso só será lucrativo para a empresa que terceiriza e para a que oferecer trabalhadores terceirizados, se a primeira puder gastar menos e a segunda puder reduzir ainda mais a remuneração dos trabalhadores para oferecer o mesmo trabalho à primeira e ainda obter lucro.

O discurso é bonito, mas a redação e a prática não o são. Não compre gato pensando que é lebre. Leia o PL nº 4.330/2004 e tire suas próprias conclusões.

A terceirização não é ruim somente para os trabalhadores, mas para toda a economia. Se os trabalhadores tiverem sua renda reduzida, também estará reduzida a capacidade de compra e, assim, reduzir-se-ão as vendas e, como consequência, a atividade econômica do país.

Na ANABB, levantamos os nomes dos municípios em que cada parlamentar obteve seus votos. Consulte seu diretor regional e tome a iniciativa de se manifestar para o parlamentar que foi eleito com votos de seu município.

GATO é gato. LEBRE é lebre. Faça sua parte para não comprar gato por lebre. ■